
ENSINO DA CONTABILIDADE: ALGUNS ASPECTOS SUGESTIVOS E CRÍTICOS DA GRADUAÇÃO APÓS RESULTADO DO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE) 2006*

TEACHING OF THE ACCOUNTING: SOME SUGGESTIVE AND CRITICAL ASPECTS OF THE GRADUATION AFTER RESULT OF THE NATIONAL EXAMINATION OF PERFORMANCE OF STUDENTS (ENADE) - 2006

Antonio Carlos Ribeiro da Silva

Doutor em Desenvolvimento Curricular pela Universidade do Minho - Portugal

Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia

Endereço: Av. Paulo VI 2240 – Edifício Pedra Nova – Apto. 704 – Pituba

CEP 41350-001 – Salvador – Bahia

E-mail: profacr@uol.com.br

Telefone: (071) 3351-3826

RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão sobre o resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) – 2006 para o curso de Ciências Contábeis. A metodologia utilizada foi uma análise documental do relatório do ENADE/2006 acompanhada de uma pesquisa bibliográfica sobre o ensino da contabilidade. O texto aponta uma breve retrospectiva quantitativa no ensino superior brasileiro, esclarece sobre o ENADE e analisa o resultado para o curso de Ciências Contábeis. Logo após, levanta pontos críticos no curso de Ciências Contábeis. Enfim, procura equacionar e sugerir mudanças para os problemas do ensino de contabilidade no País, apresentando sugestões para mudanças efetivas na dinâmica do ensino-aprendizagem, oportunizando uma melhoria da aprendizagem pelos educandos.

Palavras-chave: Resultado. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Curso de Ciências Contábeis.

ABSTRACT

This work presents a discussion on the results of the National Examination of Student Performance (ENADE) – 2006, for the Accounting Sciences course. The methodology used was documental analysis of the ENADE/2006 report, accompanied by bibliographic research on the teaching of accounting. The text contains a brief quantitative retrospective of Brazilian higher education, clarification of the ENADE, clarifies the ENADE and analyzes the result of the examination for the Accounting Sciences course. The article then raises critical issues concerning the Accounting Sciences course. Finally, it seeks to elaborate and suggest changes for the correcting problems that exist in the teaching of accounting in the country, presenting suggestions for effective changes in the dynamics of teaching-learning, enabling improvement in the student learning.

Key words: Results. National Examination of Student Performance (ENADE). Accounting Sciences Course.

* Artigo recebido em 15.08.2007. Revisado por pares em 20.11.2007. Reformulado em 08.02.2008. Recomendado em 13.02.2008 por Ilse Maria Beuren (Editora). Publicado em 17.10.2008. Organização responsável pelo periódico: FURB.

1 INTRODUÇÃO

O Ensino da Contabilidade no Brasil ao longo de mais de uma década, vem passando por transformações importantes para sua adequação a exigência do próprio mercado, que se encontra em uma constante dinâmica de mudanças permanentes. O novo profissional para a contabilidade precisa ajustar-se a esse novo perfil que desponta no mundo do trabalho. Um perfil pautado em competências e habilidades, assunto este já delineado pelas próprias Diretrizes Curriculares emanadas pelo MEC para o curso.

Diante deste atual cenário, surge o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas competências e habilidades.

Portanto, ao observar o ensino contábil, as atenções devem estar centradas na verificação de como as Instituições de Ensino Superior (IES) estão provendo, quantitativa e qualitativamente, os seus estudantes para que estejam realmente preparados ou em condições mínimas para o exercício da profissão que escolheram.

É sob tal diapasão que relatar-se-á os resultados em nível nacional do ENADE/2006 para os cursos de Ciências Contábeis. Por meio destes indicadores que medidas poderão ser adotadas em nível de Conselho Federal de Contabilidade, Ministério da Educação e as próprias IES para melhoria do desempenho dos cursos. O que reflete para os cursos de Ciências Contábeis o resultado do ENADE? Que razões podem ter levados a termos uma das médias mais baixas em relação aos cursos que participaram deste Exame? O que este exame poderá contribuir para a melhoria do ensino? Essas e outras indagações poderão surgir no decorrer deste artigo.

2 ALGUNS ASPECTOS QUANTITATIVOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, COM DESTAQUE PARA O ENSINO DA CONTABILIDADE

O denominado *Censo do Ensino Superior de 2004*, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), apresenta dados muito interessantes, alguns dos quais evidenciam a expansão do Ensino Superior em nosso País.

O Ensino de Graduação, em todas as áreas, teve um crescimento de quase 55% nesta década. Apesar disto, apenas 10,8% da população brasileira na faixa etária dos 18 a 24 anos está sendo absorvida nas IES, que muitas das vezes existem vagas ociosas, porém a falta de condições financeiras inviabilizam aos jovens brasileiros a realizarem os cursos. A meta brasileira de acordo com o Plano Nacional de Educação é que, em 2011, 30% da sua população em idade de 18 a 24 anos esteja cursando o Ensino Superior.

Para efeitos de cotejo, veja-se que nos Estados Unidos da América do Norte este índice está na casa dos 21,5% e, na Argentina, é da ordem de 16,8%. A ainda insuficiente performance brasileira teria levado o Ministro da Educação declarar a necessidade de *expandir ainda mais o ensino superior*.

O Brasil possuía, em 1998, matriculados nos Cursos de Graduação, cerca de 2 milhões e 125 mil alunos e, nos Cursos de Pós Graduação, cerca de 575 mil alunos, totalizando 2,7 milhões alunos naquela que a nova LDB denomina como *Educação Superior* e os dados atuais mais que dobrou esse número. A nova LDB (Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996) em seu art. 44 prevê que a expressão *Educação Superior* abrange os cursos sequenciais, os de graduação, os de pós-graduação (mestrado, doutorado, especialização e aperfeiçoamento) e os de extensão (vide DORNAS, Roberto. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Belo Horizonte: Modelo Editorial, 1997. 86p.).

Outro dado importante é o que identifica as denominadas instituições particulares como as responsáveis pelo provimento de 88% do total das matrículas em cursos de graduação, no Brasil, atualmente. As estatísticas apontam que os cursos no Brasil é concentrada no ensino noturno, 68%, uma característica de estudante trabalhador. Se a maioria das instituições é privada, os alunos são obrigados na sua grande parte a trabalhar para manter o pagamento das mensalidades, mesmo assim o setor apresenta uma inadimplência de 35% em média nas instituições.

Especificamente quanto ao ensino da contabilidade, existe, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 951 IES que oferecem o curso de Ciências Contábeis no Brasil. Possuímos aproximadamente 120.000 contadores registrados nos Conselho Regional de Contabilidade (CRCs) e mais ou menos 260.000 técnicos em contabilidade. Os dados da Associação Nacional de Programa de Pós-graduação em Contabilidade (ANPCONT, 2006) apontam que o Brasil possui mais ou menos 1.400 mestres em contabilidade e mais ou menos 150 doutores. Dados preocupantes para contribuição da melhoria dos nossos cursos e do desenvolvimento de pesquisa, não conseguimos ainda ter em média 2 mestres por curso no País. Uma deficiência considerável se compararmos com outros cursos.

No que diz respeito a cursos de mestrados e doutorado, no Brasil existe hoje aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) 10 cursos de mestrado acadêmico e 1 curso de doutorado, o que reforça a tese da necessidade de ampliação dos pesquisadores da área contábil do país, contribuindo assim para a melhoria efetiva da qualidade dos cursos e do resultado tão desfavorável que foi o ENADE - 2006 para a formação do contador.

Recorde-se do princípio/regra constitucional insculpido no art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil/88, conforme o qual “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Os números até aqui expostos e a norma maior suso transcrita são suficientes para estimular profunda reflexão sobre pontos críticos do Ensino da Contabilidade, tanto quantitativa quanto qualitativamente, tarefa que, com objetividade, desenvolver-se-á a seguir tendo como referencial o resultado do ENADE 2006 para o curso de Ciências Contábeis.

3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O ENADE

A prova do ENADE representou uma amostra, definida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de todos os estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, durante o ano letivo de 2006, independentemente da organização curricular adotada. Foram considerados estudantes do último ano do curso aqueles que, até o dia 1º de agosto de 2006, tiverem concluído pelo menos 80% da carga horária mínima do currículo do curso da instituição de educação superior ou aqueles que tinham condições acadêmicas de conclusão do curso de graduação durante o ano letivo de 2006.

Foi vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo aluno examinado, que somente ao interessado foi fornecido em documento específico, emitido pelo INEP, o seu resultado. Aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concedeu estímulo, na forma de bolsa de estudos, em cursos de pós-graduação.

Se fizermos uma reflexão sobre o ENADE, ele veio em substituição ao Provão, que até foi comemorado quando surgiu, porém talvez carregue alguns ranços do provão. O provão era

usado por muitas instituições para apresentar o seu ranking à sociedade e propagar que ela conseguiu “A”. No ENADE, o movimento é parecido àqueles oportunistas de plantão que o usam para mercantilização da educação, como um suporte para suas estratégias publicitárias de atrair novos alunos. O que não é de se estranhar a sucatação das Instituições públicas e cada vez crescentes o ensino superior privada, o que para o governo também fica confortável, quando cobra todos os tributos das instituições privadas, aumentando sua arrecadação.

Outra crítica sempre feita ao provão era a sua obrigatoriedade, no ENADE, de acordo com a Lei dos SINAES, caso seja convocado, o estudante é obrigado a fazer o exame (Art. 5º, § 3º), devendo a Instituição de Ensino Superior inscrevê-lo sob pena de punição institucional (Art. 10º, § 2º).

Além da obrigatoriedade, o ENADE proporciona também ranking das Instituições, o que na época do provão foi bastante criticado. E agora repetem o mesmo modelo, tanto é verdade como as Instituições estão divulgando para a sociedade o seu resultado no intuito de mostrar a sua qualidade e o próprio governo em seu site de domínio público informa os resultados de todas as instituições. Embora o resultado individual nominal não seja divulgado, a Lei do SINAES prevê a divulgação em separado dos resultados por instituição, permitindo dessa forma o *ranqueamento* das Instituições de Ensino Superior - IES (Art. 5º, § 9º). Ao invés de proceder à divulgação global dos resultados do processo de avaliação institucional, divulga-se em separado os resultados do ENADE justamente para permitir o *ranqueamento* feito por consultorias empresariais, beneficiando apenas os interesses privados na educação.

Quando a preocupação deveria ser pela qualidade da educação, em buscar alternativas para melhorias dos cursos, não se faz desta forma, utiliza-se da meritocracia para ativar através de reforço negativo com aqueles que não alcançaram com êxito do desempenho desejado. A premiação proposta no ENADE vai na contra mão desta possibilidade desde quando premia os melhores e como ficam aqueles que por questões adversas não atingiram esse melhor idealizado. Será que estaremos mais uma vez excluindo, no discurso de inclusão e incentivo? A Lei do SINAES prevê a concessão de bolsas de estudos aos estudantes de melhor desempenho no ENADE (Art. 5º, § 10º).

Quem recebe a bolsa não é o estudante que dela precisa para permanecer na faculdade ou universidade, mas aqueles que tiveram "melhor desempenho" no resultado do ENADE. Por não terem a bolsa, os estudantes que dela precisam são obrigados a trabalhar, não raro em período integral, isso quando não são obrigados a abandonar os estudos. E, trabalhando o dia inteiro, muitas vezes acabam não conseguindo estudar adequadamente. Por não conseguir estudar adequadamente, a possibilidade de se colocarem entre aqueles que têm os "melhores desempenhos" se reduz consideravelmente. Assim sendo, desenvolve-se o retrato histórico na educação superior brasileira que é a estratificação social.

A avaliação do ENADE compreendeu:

- a) desempenho dos estudantes quanto aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação;
- b) às habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento;
- c) às competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e outras áreas do conhecimento;
- d) levantamento do perfil dos estudantes (instrumento específico);
- e) à avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE foi expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com cinco níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

O ENADE usa dois conceitos para avaliar os cursos e as áreas de conhecimentos testados. O primeiro é o conceito Enade que vai de um a cinco, considera o desempenho de ingressantes e concluintes. O índice é uma soma de dois fatores: 25% vêm da nota dos ingressantes e 75% do desempenho dos concluintes.

A prova aplicada é a mesma para ambos os estudantes (ingressantes ou concluintes). Porém, o que muda são os dados válidos, ou seja, a média é calculada com 60% vindos da prova específica dos concluintes e 15% dos ingressantes e 25% o desempenho dos estudantes (concluintes e ingressantes) na formação geral. A essas três variáveis, que embasam o cálculo da nota final do curso, atribuindo os seguintes pesos: 60%, 15% e 25%. Assim sendo, o componente específico contribui com 75% da nota final e 25% se referem à formação geral.

A separação entre os pesos de ingressantes e concluintes fundamenta-se na prova ser a mesma e os conhecimentos são discrepantes entre um grupo e outro.

O segundo conceito é o IDD (Indicador de Diferença Entre os Desempenhos Observado e Esperado) que determina o quanto de conhecimento os cursos agregam aos alunos. Esse indicador também vai de um a cinco.

Segundo o INEP, ele compara o desempenho de estudantes do mesmo curso e com o mesmo perfil socioeconômico: é medido o desempenho de estudantes concluintes de uma instituição em relação aos resultados obtidos, em média, pelas demais instituições que tenham ingressantes com perfis semelhantes. Para isso, o IDD considera a trajetória do curso, traçando o índice varia, de modo geral, entre -3 e +3: assim, se um curso possui IDD positivo, como +1,4, isso significa que o desempenho médio dos concluintes desse curso está acima (1,4 unidades de desvios padrão) do valor médio esperado em uma linha de desempenho que o ingressante deve ter quando estiver concluindo o curso. Índice de 4 ou 5 representa que o desempenho foi acima do esperado; de 3 que foi igual ao projetado; e 1 e 2, inferior ao esperado.

Além do desempenho médio do ingressante, também foram incluídas duas outras variáveis na estimação do valor esperado para o desempenho médio do concluinte: 1ª variável - a proporção de estudantes cujos pais têm nível superior de escolaridade; 2ª variável - a razão entre o número de estudantes concluintes e o de ingressantes.

4 ANÁLISE GERAL DO RESULTADO DO ENADE – 2006 – CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

No Gráfico 1, apresenta o resultado não muito animador para o curso de Ciências Contábeis, pois os estudantes que participaram do exame obtiveram um resultado de formação geral para os ingressantes de 43,6% e os concluintes obtiveram em média nacional 44,7%. No domínio de conhecimento específico, a média nacional foi de 30% para os concluintes e 22,80% para os ingressantes. No caso dos ingressantes até pode se justificar esse resultado, porém para os concluintes obter uma média nacional de 30% equivale dizer que a maioria obteve erros de 70% dos conhecimentos específicos.

Que conclusões poderíamos extrair desta situação, desde quando os conhecimentos estão sendo compartilhados com os alunos nas IES? Que tipo de ensino está sendo ministrados e como anda o nosso grau de exigências como professores para que melhorias possam ocorrer no processo ensino-aprendizagem? No questionário sócio-econômico aplicados aos alunos, mais de 40% afirmam que os cursos deveriam exigir um pouco mais dos alunos e os procedimentos de ensino não estão muito adequados com os objetivos do curso.

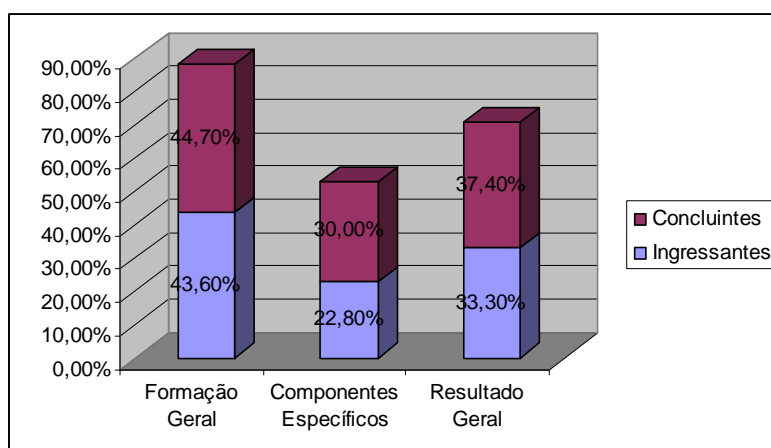


Gráfico 1 - Desempenho dos estudantes

Fonte: Relatório do ENADE/2006 – INEP.

Assim sendo, segundo Gil (1997,p.31), “a medida que a ênfase é colocada na aprendizagem, o principal papel do professor deixa de ser o de ensinar e passa a ser o de ajudar o aluno a aprender”. Essa dinâmica precisa ser ampliada entre os docentes para que os alunos aumentem a sua responsabilidade com o ato de estudar.

No dia da aplicação da prova, foi solicitado aos alunos que respondessem a um questionário intitulado “Impressões sobre a prova”. No curso de Ciências Contábeis quanto ao grau de dificuldade da prova para os ingressantes, na parte geral 42,8% achou média, porém os resultados não corresponderam com essa percepção. Na parte específica, 47% dos participantes no Brasil acharam difícil, porém somente a média de 30% acertaram as questões. Os concluintes 51,8% acharam média a dificuldade da prova e, na parte específica, se somarmos entre médio e difícil teremos 84,1% das respostas dos estudantes. A metade dos concluintes informou que os enunciados das questões da prova específica compreensível (51,1%). Muitos alunos (41,6%) acharam, ao responder a prova, que as abordagens dos assuntos estavam diferentes do que estavam habituados a responder. Os respondentes gastaram entre duas a três horas para conclusão das provas.

Diante deste resultado e da percepção dos próprios alunos do grau de dificuldade das provas, podemos chegar a algumas considerações tais como: a maioria das questões exigia interpretações e raciocínio lógico; os alunos que fazem opção por Ciências Contábeis, a sua maioria, são oriundos de escola pública ou parte dela no ensino médio (68%). O perfil dos alunos de ciências contábeis utiliza raramente biblioteca (35,6%) e com razoável frequência (29,5%), o hábito de leitura é pequeno, como consequência quem ler pouco, escreve pouco, pois dificulta o crescimento de argumentos no momento da escrita. A faixa de renda mensal da família do estudante de ciências contábeis está concentrado entre 3 a 5 salários mínimos (34,2%) isso implica os resultados diretos dos estudos, pois não tem condições de aquisição de livros, computadores, boa alimentação, que são fatores que interferem diretamente nos resultados do processo ensino-aprendizagem.

Analisando o grau de escolaridade dos pais dos alunos de Ciências Contábeis que participaram do exame, detecta-se que o pai tem uma escolaridade para os ingressantes de ensino fundamental de 1ª a 4ª série (33,9%) e concluinte ensino fundamental da 5ª a 8ª série (44,0%). Já a mãe dos ingressantes tem uma escolaridade em média nenhuma escolaridade (35,9%) e dos concluintes Ensino fundamental da 1ª a 4ª série (35%) e cresce o nível superior para (39,3%) o que indica já as próprias estatísticas nacionais que as mulheres possuem uma escolaridade mais avançadas que os homens. O quadro de escolaridade dos pais reforça

algumas variáveis que interferem no processo ensino-aprendizagem, pois esses estudantes não tiveram estímulo nem história familiar capazes de oportunizar às mesmas condições de desenvolvimento intelectual cognitivo, por isso então em desigualdade com aqueles alunos que tiveram uma história familiar de espaço de aprender privilegiado.

Segundo Marion (2006), contribuimos como professores para a formação de vidas. O mesmo autor comenta que Steve Pinker, cientista canadense, professor do MIT, mostrou que 50% das variações de personalidades têm causas genéticas. Não mais de 5% da personalidade de uma criança são determinadas pelo tipo de educação que ela recebeu, ou seja, pelos seus pais. O restante 45% vem de outras crianças (pares) e do meio em que ela vive. Dessa forma, ratifica a influência familiar como contributo ao desenvolvimento cognitivo.

No Gráfico 2, a maioria dos ingressantes ao curso considera-se cor parda (52,4%) e os concluintes são brancos (44,7%). Na discussão por cotas nas ações afirmativas, o curso de ciências contábeis é caracterizado por estudantes afro-descendentes na sua maioria.

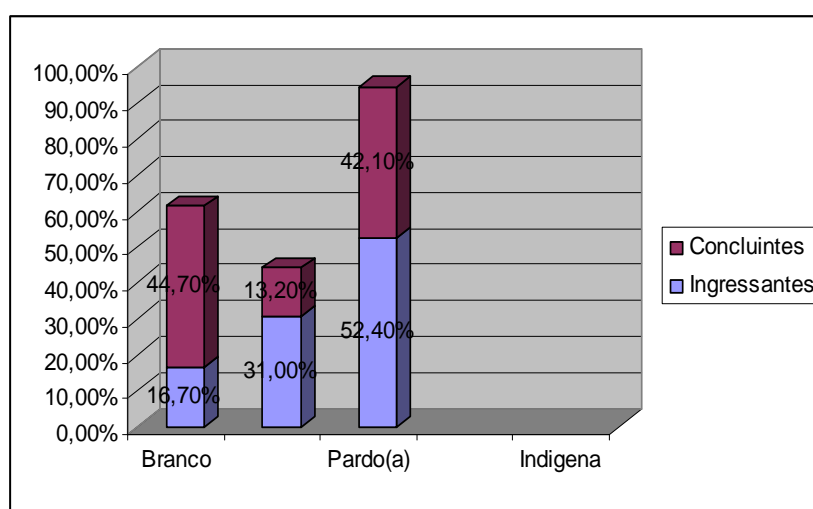


Gráfico 2 - Cor dos estudantes

Fonte: Relatório ENADE/2006 - INEP

Ao analisar a prova do ENADE para o Curso de Ciências Contábeis, verifica-se que as questões de formação geral os estudantes demonstram dificuldades, destacando a resposta para questões 3 e 8 que obtiveram uma média de acerto respectivo de 71,8% e 78,9%. Nas questões discursivas em formação geral, os alunos obtiveram uma média abaixo de 50% , o que revela a necessidade dos cursos de ciências contábeis intensificar o hábito da escrita pelos alunos, pois a geração do X , que no dizer de Paulo Freire, a educação bancária, o ensino por decoreba, prejudicando assim o aluno de criar o hábito de escrever e expressar o seu pensamento crítico.

As questões objetivas de componentes específicos os ingressantes somente destacaram-se em duas questões (11 e 12) que abordavam assunto de contabilidade geral, obtendo em média 75,5% e 55,5 % respectivamente. As demais foi deficiente até por conta da falta de domínio técnico de assuntos que estavam sendo tratados.

Quanto aos concluintes, as questões de formação geral que tiveram destaques obtiveram 59,3% e 75,0% de média de acertos das questões e as questões discursivas em Formação geral são menores de 50%. O que continua revelando a deficiência do curso de ciências contábeis em desenvolver nos alunos o hábito da escrita e do desenvolver uma escrita argumentativa.

Nas questões objetivas de componente específico os concluintes obtiveram bons resultados nas questões que envolvia conhecimento de contabilidade geral questões, tais como: 11, 12 e 14. Uma deficiência maior estava em conteúdos de Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade Tributária e Auditoria. Quando questões aparentemente fáceis, porém envolvia além de domínio teórico, raciocínio lógico para compreender o que foi perguntado o número de erros aumentava, a exemplo da questão 13, em que houve somente 12,3% da média brasileira de acerto.

Todas as questões discursivas obtiveram menos de 50% de acertos. O que fundamenta a necessidade de ampliar a produção textual nos cursos, um volume maior de leitura para os alunos. A clientela do curso de Ciências Contábeis é de alunos trabalhadores, porém a qualidade não pode ser comprometida por causa desta variável, deve-se criar alternativas para amenizar esses problemas que vieram a ser reforçados com os resultado do ENADE.

Deve-se não cruzar os braços, ou tentar passar despercebidos esses resultados precisa-se criar mecanismos para que esse quadro seja revertido e ganhe-se respeito e credibilidade perante a sociedade.

4.1 Pontos Críticos no curso de Ciências Contábeis

Indubitavelmente, o primeiro ponto crítico é de ordem quantitativa e em duas dimensões: primeira - há um evidente descompasso entre o aluno que faz opção pelo curso de Ciências Contábeis e o tratamento que recebe ao ingressar na IES; segunda - existe uma grande defasagem na qualificação dos Docentes dos Cursos de Ciências Contábeis.

No Brasil, não chega a 10% do total de professores que detêm o título de Mestre em Contabilidade. Esta relação se compõem numa perspectiva perversa na medida em que, no Brasil, há apenas 10 cursos de mestrados em Contabilidade e 01 curso de doutorado em Contabilidade. Se considerarmos a natural ampliação do número total de professores, com o crescente aumento de autorização dos cursos de Ciências Contábeis, a defasagem ainda manter-se-á por algum tempo. Em trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade, Takakura (2006) já abordava que algumas das lacunas existentes nas características dos docentes que atuavam nos Cursos de Ciências Contábeis eram: poucos professores em regime de tempo integral; poucos professores com titulação de mestrado; pouca produção científica; falta de experiência no magistério; professores sem cursos de metodologia de ensino; baixa remuneração e falta de incentivos à pesquisa.

O segundo ponto crítico é de ordem qualitativa e tem fundamentos e desdobramentos tais como:

- a) o baixo índice de titulação dos Docentes implica discutível qualificação para a pesquisa com qualidade e supõe deficiências de ordem didática e metodológica;
- b) ainda que os Cursos Contábeis devam estar desde janeiro de 2007 (prazo máximo concedido pela Resolução nº 4 do CES/CNE) cumprindo o novo Currículo com base nas novas diretrizes curriculares emanadas pelo MEC, há muitos problemas a equacionar. Eles são, por exemplo:
 - (1) a equivocada inserção de disciplinas da área humanística sem contemplar nos primeiros semestres disciplinas de conhecimento específico, em muitas matrizes curriculares;
 - (2) a omissão, entre as disciplinas obrigatórias, de quatro estratégicas:
 - (2.1) a Iniciação à Pesquisa Contábil , sem cujo domínio enfraquece-se todo o ensino contábil ministrado como também a composição do Trabalho de Conclusão de Curso; (2.2.)- a História do Pensamento Contábil, que permite ao estudioso da contabilidade adquirir os conhecimentos e

- desenvolver responsáveis questionamentos e contribuições sobre a história do pensamento contábil e suas doutrinas;
- (2.3.) a Pesquisa Contábil, como mote de todas as disciplinas ministradas, criando o hábito da reflexão como prática efetiva do exercício discente. A arte de Pensar deve fazer parte atuante de todas as atividades acadêmicas desenvolvidas;
- (2.4) Projeto de Leitura itinerante em todas as disciplinas do curso de ciências contábeis, oportunizando aos discentes a produção textual, criação e recriação de textos e leituras na área específica de atuação.
- c) outro aspecto crítico diz respeito à má qualidade, quer de ordem metodológica quanto de conteúdo, de significativa parte dos Trabalho de Conclusão de Curso e do relatório do Estágio Supervisionado. Este fenômeno é explicável pelo elevado índice de Professores sem, no mínimo, o Mestrado e, portanto, sem a formação básica à boa pesquisa e ao relato cientificamente adequado;
- d) também as Bibliotecas dos Cursos Ciências Contábeis, com algumas exceções, deixam a desejar. A rigor, uma boa biblioteca é aquela que concilia a universalidade de seus títulos (este é o adequado aspecto quantitativo, e não um número mínimo de obras) com a atualidade e a fácil operacionalidade do acesso ao seu acervo. Neste sentido, os Cursos de Ciências Contábeis têm muito a realizar em nosso País;
- e) nesta mesma linha, é lamentável o pequeníssimo apoio que os órgãos oficiais de financiamento emprestam à publicação de livros e de periódicos vinculados à pesquisa contábil;
- f) enfim, e sem esgotar as mazelas existentes, ressalto a pouca ênfase que, de modo geral e com poucas exceções, o Ensino contábil, tanto na Graduação quanto na Pós-Graduação, confere ao estudo aprofundado da Ética geral e da Ética particular, ou seja a profissional.

Contudo, salienta Marion (2006) que os métodos tradicionais de ensino se constituem em obstáculos para que os estudantes se tornem “pensadores-críticos”, já que recebe tudo “mastigado”, para mudar esse cenário o aluno precisa ser o sujeito de sua própria aprendizagem.

4.2 A quem compete solucionar os problemas do Ensino Contábil? Algumas sugestões para mudanças

Ninguém detém, evidentemente, a posse da fórmula mágica que transformará imediatamente e para melhor o Ensino Contábil em nosso País, após o resultado da avaliação do ENADE, mas não se deve ser omissos quanto a isso.

Mas, certamente, há um consenso básico no sentido de que tal tarefa deverá ser desempenhada em harmoniosa e destemida operação conjunta envolvendo o Estado e a Sociedade. Desta última, destaquem-se as Instituições de Ensino Superior, os órgãos de classes tais como Sindicatos e a atuação efetiva do próprio Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Quanto às IES, a sua natural função sócio-cultural as obriga ao engajamento imediato na construção do adequado Ensino Contábil. Uma das metas que poderia contribuir para um novo repensar do ensino de contabilidade no nosso país seria a promoção permanente da formação docente, em constante atitude de ação, reflexão, ação. O Professor de Contabilidade precisa ser melhor qualificado nos aspectos didáticos e técnicos para que desempenhem com afinco as suas funções e possam deixar as mazelas de professor exclusivamente aulistas, sem

uma dedicação ao ensino, à pesquisa e à extensão, não realizando projetos e comprovando a indissociabilidade desses três pilares que sustentam e complementam-se entre si o Ensino Superior.

Dessa forma, cabe ao CFC, através de suas Comissões especializadas, uma atuação cada vez mais voltada à apresentação de contributos efetivos ao melhor Ensino da Contabilidade, à mais adequada Pesquisa Contábil e às mais exitosas atividades de Extensão Universitária, atentando permanentemente para as realidades e peculiaridades regionais e locais.

Nesta linha, não resisto a invocar a profundidade simples e genial de Aristóteles (1965, p. 92 e 95) para lembrar que, sempre “nós somos pais das nossas ações, como o somos de nossos filhos [...] mas nós somos também filhos de nossas ações”. E, pensando assim, precisamos estruturar algumas medidas que proporcione uma melhoria na qualidade dos nossos cursos, tais como:

- a) Considerando que os cursos de Ciências Contábeis na sua maioria em nosso país acontecem em turno noturno, com alunos em tese mais maduros, pela sua origem social e trajetória de vida, oriundos na sua maioria de escolas públicas, e muitos trabalham durante todo o dia e estudam à noite, faz-se necessário um investimento nos primeiros anos de cursos de nivelamento dos alunos em conhecimentos lingüísticos e de matemática básica, bem como de ajudá-los em orientações de como organizar os seus estudos;
- b) consoantes com os seus objetivos pedagógicos, as IES poderão elaborar no início de cada semestre um teste que o denominamos aqui de TAA (Teste de Aferição de Aprendizagem) para realizar uma avaliação diagnóstica do aprendizado dos alunos do(s) semestre(s) anterior(es) e, de posse do resultado, desenvolver ações para corrigir possíveis deficiências de aprendizagem em dia ou até em projetos semipresenciais com encontros para complementar ou reforçar conteúdos em que os aprendentes apresentaram dificuldades;
- c) promover com os professores projetos integradores entre disciplinas tanto horizontal como verticalmente na matriz curricular, como projetos integradores dentro do semestre entre as disciplinas com temas geradores e também desenvolver projetos envolvendo disciplinas de semestres subsequentes, integrando saberes;
- d) construir de forma coletiva (alunos, professores, direção) um currículo por competências, em que se deve oportunizar aos aprendentes conhecimentos, habilidades e atitudes, cumprindo os próprios pilares da educação para o século XXI delineados pela Unesco: conhecer, saber fazer, saber viver juntos e saber ser. Uma outra contribuição importante no relatório da UNESCO, quando salienta a necessidade de aprender a viver juntos, no sentido de termos a compreensão do outro e a percepção das interdependências realizando projetos comuns e preparando para gerir conflitos, no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz. Que essa aprendizagem possa tornar-se fecunda em nossas relações com os outros, pois ensinar por competência nos livra das amarras do exclusivismo de conteúdos rígidos e nos oportuniza a trabalhar outras abordagens em nossas práticas cotidianas, pois o professor não ensina o que sabe, ensina o que ele é, sendo assim fundamental entender que “aprender é para vida individual e sobretudo coletiva, não apenas para competir”(Le Boterf, 2005, p. 23);
- e) trabalhar as disciplinas em blocos de saberes integradas entre si, durante o semestre. Integrar os saberes após análise das competências elencadas para aquele semestre de curso;

- f) o professor de cada disciplina deverá realizar construção de textos e atividades desafiadoras para os alunos da sua área de conhecimento. Construindo assim a perspectiva do professor pesquisador, pois de acordo com Demo (1996, p.15) “Professor é quem, tendo conquistado espaço acadêmico próprio por meio da produção, tem condições e bagagem para transmitir via ensino. Não se atribui a função de professor a alguém que não é basicamente pesquisador”;
- g) as avaliações devem acontecer em dois momentos: o primeiro, com os conteúdos específicos de cada disciplina através de exames, debates, seminários, etc, e a segunda acontecerá de maneira coletiva com os professores envolvidos no semestre em que elas deverão associar todos os conhecimentos de maneira integrada, poderá ser através de um portfólio, seminários, simulações, jogos de empresas, relatórios, etc. Não se deve, esquecer-se de observar os pesos das avaliações para não privilegiar uma em detrimento da outra;
- h) após definidos os blocos de conhecimentos de cada semestre, dever-se-ão associar a eles alguma atividade prática, partindo sempre das aprendizagens anteriores dos alunos e os seus esquemas cognitivos, pois essa tem sido uma queixa geral dos alunos a falta de uma associação entre teoria e prática. Procurar sempre associar os conhecimentos teóricos com possíveis aplicações no cotidiano profissional;
- i) todas as atividades avaliativas devem priorizar questões reflexivas em detrimento de questões memorísticas. Durante o semestre, as atividades pedagógicas devem ser combinadas entre os professores do semestre priorizando dinâmicas como estudo de casos, resolução de problemas, dinâmicas de grupo;
- j) nenhuma disciplina deverá ter somente um livro-texto de guia, e sim o aluno deve ser constantemente desafiado a desenvolver pesquisa a agregar novos conhecimentos através da partilha colaborativa entre os colegas;
- k) o erro nos processos avaliativos é entendido como processo construtivo, em que parte dele para revisar aqueles conhecimentos que não ficaram solidificados no sujeito aprendente;
- l) a sala de aula deixa de ser um local de ensino e passa a ser um local de aprendizagem colaborativa e compartilhada;
- m) incentivar a autonomia dos alunos, procurando com que cada um possa construir o seu itinerário de aprendizagem. Essa autonomia não deve se dar pela colonização da consciência e sim pela dialética, pois na sociedade dos opostos que podemos construir novos saberes.

Não paramos por aqui, atividades outras vão surgindo dentro do processo de construção do conhecimento, tornando o ambiente de aprendizagem com sabor, despertando o interesse do educando pela aventura do aprender, pois assumir uma abordagem curricular inovadora por certo é propor uma ruptura com os antigos paradigmas, ruptura essa em alguns momentos radicais, porém necessárias para um olhar diferenciado das atuais práticas predominantes no ensino superior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das mudanças que será imprescindível para o ensino da contabilidade é deixar de ser centrado no professor para centrar-se no aluno. Desenvolver o espírito científico proporcionando através dos conhecimentos compartilhados pelos docentes das Instituições de Ensino Superior o espírito inovador, criativo, crítico, tendo sempre a oportunidade de desenvolver os seus conhecimentos.

Os docentes e discentes deverão em sintonia construir espaços entre saber pensar e saber aprender, sempre conquistando a autonomia, dentro de processo permanente de inovação crítica e criativa. Como afirma Demo (2001, p. 51), “Aprender é, no seu âmago, saber fazer-se sujeito de história própria, individual e coletiva”.

Não pretendemos vestir das indumentárias de “Dom Quixote” e nem do seu fiel escudeiro “Sancho Pança”, nem, tampouco, sermos quixotescos (expressão adjetiva, utilizada pela herança de Dom Quixote para se referir aos homens que, como o cavaleiro, são extremamente idealistas) em defesa das mudanças das práticas pedagógicas, porém não poderíamos deixar de registrar que um ensino pautado nas competências na escola marcará o seu território, o seu lugar, convergindo e divergindo de algumas formas na condução da possível aprendizagem do outro, fazendo do aprender uma aventura de preferência prazerosa e gratificante.

A construção do conhecimento acontece num contexto dinâmico e não numa perspectiva fragmentada, estática. E, a escola, na sua prática pedagógica, permanece com amarras em teorias de aprendizagem não acompanhando, por vezes os avanços científicos e tecnológicos que se desenvolvem a velocidade acelerada. A ciência exige, hoje, uma nova visão de mundo, preferencialmente diferente e não fragmentado. Precisa-se repensar as práticas educativas e perceber que perfil acadêmico do indivíduo está a ser formado nas IES brasileiras e qual o currículo que será propício para a formação de indivíduos com uma maior criticidade.

Ensino Superior, pautado pela transmissão de conhecimento, tem proporcionado pouca significação para os alunos, pois utiliza a memorização, que facilmente será esquecida, e o conhecimento supostamente ministrado fica fracionado, descontextualizado e sem valor para o aprendiz. São esses desafios que fará com que o curso de Ciências Contábeis tenha uma melhor performance no ENADE ou em outro método usado de avaliação.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética*. Tradução de Cássio M. Fonseca. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1965.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.

_____. *Saber pensar*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

_____. *Pesquisa princípio científico e educativo*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DORNAS, Roberto. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Belo Horizonte: Modelo Editorial, 1997.86p.

GIL, Antonio Carlos. *Metodologia do Ensino Superior*. São Paulo: Atlas, 1997

LE BOTEF, Guy. *Construir as competências individuais e colectivas*. Respostas a 80 Questões. Lisboa: edições Asa, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

MARION, J. Carlos; MARION, Márcia M. Costa. A importância da pesquisa no ensino da contabilidade. *Revista Pensar Contábil*, n. 3, 1998.

_____. *Metodologia de ensino na área de negócios*. São Paulo: Atlas, 2006.

NEGRA, Carlos Alberto Serra. Metodologia para o ensino contábil: o uso de artigos técnicos. *Revista do CRCRS*, maio/1999.

PACHECO, José Augusto. Competências curriculares: as práticas ocultas nos discursos das reformas. *Revista de Estudos Curriculares*, p. 59-77, 2003.

PILETTI, Nelson. *História da educação no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SÁ, Antonio Lopes de. Diretrizes e Bases de uma Metodologia Geral no curso de Ciências Contábeis. *Revista do Conselho Regional de Minas Gerais*, 2001.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro de. *Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade*. 2. edição. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. *Abordagem Curricular por competências: um estudo exploratório nos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. Tese (Doutorado) - Universidade do Minho, Portugal, 2006.

TAKAKURA, P. Ensino da contabilidade. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade. XIV Anais... Goiânia: CFC, 2000.